

## ENCURTANDO DISTÂNCIAS: EAD, UMA MODALIDADE DE ENSINO QUE DEMOCRATIZA O CONHECIMENTO

**Maria Helena C Ricci Romero** (Universidade Federal de Uberlândia – mhccici@yahoo.com.br)  
**Luciana Charão de Oliveira** (Universidade Federal de Uberlândia – luciana.tutorarh@gmail.com)  
**Marisa Pinheiro Mourão** (Universidade Federal de Uberlândia – marisapmourao@yahoo.com.br)

**Grupo Temático 5. Qualidade na Educação a Distância e a democratização do conhecimento**  
**Subgrupo 5.1 EaD: questões tecnológicas, econômicas e sociais**

### **Resumo:**

*O objetivo deste texto é apresentar alguns antecedentes da Educação a Distância (EaD), assim como traçar um panorama da evolução dos processos que envolvem esta modalidade educativa. Para tanto, vários elementos que vão desde as principais ações que envolvem o “ensinar a distância” são relatados para entendermos a EaD, especialmente, após a sua regulamentação (Lei n. 9.394/1996; Decreto n. 5.622/2005). Assim, apontamos que essa modalidade tem avançado, paulatinamente, no cenário nacional. Neste ínterim, as experiências brasileiras têm tido continuidade e indicadores de sucesso, apresentando uma proposta metodológica de caráter inclusivo, que contribui para a expansão e democratização do conhecimento, em um País de dimensões continentais como o Brasil. Por fim, para fundamentar essa discussão será utilizada neste artigo uma revisão bibliográfica e documental.*

**Palavras-chave:** Educação a Distância, histórico, programas governamentais.

### **Abstract:**

*The aim of this work is to present some background of Distance Education (DE), as well as give an overview of the evolution of processes involving this educational modality. To this end, several elements ranging from the main actions that involve "teaching away" are reported in order to understand the DE, especially, after its regulation (Law no. 9.394/1996; Decree 5.622/2005). Thus, we point out that this modality has advanced gradually, on the national scene. Meanwhile, the Brazilian experiences have had continuity and success indicators, presenting a methodology of inclusiveness, which contributes to the expansion and democratization of knowledge, in a country of continental dimensions like Brazil. Finally, to substantiate this discussion a literature and documentary review were used in this article.*

**Keywords:** Distance Education, history, government programs.

## 1. Antecedentes da educação a distância: um resgate histórico

A crescente evolução da informação e da tecnologia provoca mudanças no mundo do trabalho e no âmbito da educação, exigindo a produção de novos conhecimentos e a busca de espaços educacionais alternativos, que atendam às necessidades de novos tempos, cenários e demandas de formação. Segundo Oliveira (2003, p. 33), “a EaD reveste-se de potencialidade, não como uma solução para todos os problemas, mas, cumprindo papel relevante como modalidade de educação do futuro, tanto nos países desenvolvidos como nos em via de desenvolvimento”.

As Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC's), principalmente as telemáticas, como a internet, possibilitaram o rápido desenvolvimento da Educação a Distância (EaD) e sua democratização. Para Preti (2000) a EaD passa por três gerações distintas no processo de interlocução entre estudantes e professores, apesar de serem gerações interdependentes entre si.

A primeira delas diz respeito ao uso dos textos escritos enviados pelo correio e a segunda tem suas raízes tecnológicas, na década de 1996, com o uso do rádio e da televisão. Neste caso, o texto didático começa a ter diferentes formas audiovisuais. Nessa época a indústria editorial começa a produzir materiais didáticos e os estudantes passam a fazer uso de redes de distribuição de materiais de ensino que estão fora da escola.

A terceira geração tem como base a criação de redes de pesquisas. Estas gerações se completam com os avanços espaço-temporal da educação presencial e com os meios massivos de armazenamento de informações que ampliam e transformam em uma nova dimensão o material didático que tem acesso o estudante.

Segundo Vasconcelos (2008, p. 206), o desenvolvimento da EaD, segue dois momentos históricos:

[...] a EaD é tida como um “curso vago”, ou educação aberta, ou seja, um curso que não há nenhum vínculo do aluno com a instituição que o oferece, o que o caracterizava como um curso de péssima qualidade. Nesse sentido, por suas características de formação predominantemente técnica, tais cursos nem ao menos podiam ser considerados como educação a distância. Entendemos que, por essa razão, esse momento histórico tenha descaracterizado o que realmente vem a ser um curso a distância, oferecendo argumentos para que a EaD fosse vista com preconceito e discriminação – o que ocorre até nossos dias atuais.

O segundo momento, por sua vez, corresponde à fase ou período marcado pelo contexto da chamada “sociedade do conhecimento” e do avanço das TIC's, pela incorporação tecnológica da Internet e pela regulamentação legal, os jurídico-normativa, da modalidade educacional da educação na formação de professores, a partir da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN n. 9394/1996).

De acordo com a divisão feita por Vasconcelos (2008) sobre a história da EaD, optou-se por apresentar a discussão e duas etapas: a primeira “a evolução de cursos de EaD até os anos 90” e a segunda “EaD após o advento da internet”.

### **1.1. A evolução de cursos de EaD até a década de 1990**

Segundo Saraiva (2009), a comunicação educativa a distância surgiu desde a antiguidade com os discípulos que encontravam suas origens no intercâmbio de mensagens escritas. Inicialmente na Grécia e em Roma as cartas eram utilizadas para trocas informações científicas e algumas se destinavam à instrução.

Um dos primeiros marcos da EaD foi um anúncio publicado na Gazeta de Boston, no dia 20 de março de 1728, pelo professor de taquigrafia Cauleb Phillips que dizia que toda pessoa da região que desejava aprender a arte da taquigrafia poderiam receber em suas casas semanalmente e serem instruídas como as pessoas que viviam em Boston. Em 1840 Isaac Pitman sintetizou os princípios da taquigrafia em cartões que trocava com seus estudantes (SARAIVA, 2009).

Ainda na visão desta autora, o desenvolvimento de uma ação institucionalizada de EaD teve início a partir da metade do século XIX. Em 1898, em Malmoe (Suécia), Hans Hermod, diretor de uma escola que ministrava cursos de línguas e cursos comerciais, publicou o primeiro curso por correspondência, dando início ao famoso Instituto Hermod.

No início do século XX houve um movimento de consolidação e expansão da EaD. Cursos que utilizavam o Correio como único meio de interação entre aprendiz e formador, tornaram-se populares a partir do século XIX em países como Estados Unidos, Canadá, Austrália e Europa. Já no Brasil, começaram a surgir cursos por correspondência por volta de 1940, sendo que a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro (1922-1925), o Instituto Rádio Monitor (1939) e o Instituto Universal Brasileiro (1941) foram os pioneiros (SARAIVA, 2009). Este último tem como objetivo atender a formação profissional de nível elementar e médio utilizando mídia postal e material impresso.

Assim, pode-se afirmar que a EaD no Brasil e no mundo foi marcada pelo surgimento e disseminação dos meios de comunicação. Houve a etapa do ensino por correspondência, da transmissão radiofônica, televisiva, informática até a telemática e multimídia. Saraiva (2009) aponta como marco inicial a criação, por Roquete-Pinto, entre 1922 e 1925, da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro e de um plano sistemático de utilização educacional da radiodifusão como forma de ampliar o acesso à educação. A partir de então, disseminaram-se diversas outras propostas e práticas de cursos, fazendo uso dos mais diferentes recursos tecnológicos.

Em 1946, o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) desenvolveu, no Rio de Janeiro e São Paulo, a Universidade do Ar, que tinha o objetivo de oferecer cursos comerciais radiofônicos. Essa universidade atingiu 318 localidades e aproximadamente 80 mil estudantes, sendo que em 1973 iniciou os cursos por correspondência (VASCONCELOS, 2008).

Em continuidade aos relatos da autora, em 1950, em Natal, surgiram as escolas radiofônicas que originaram o Movimento de Educação de Base (MEB), projeto criado por Paulo Freire que tinha a preocupação de alfabetizar crianças e adultos. A partir da década de 1960 surgiu no Ministério da Educação e Cultura o Programa Nacional de Teleducação (PRONTEL), mais tarde substituído pela também extinta Secretaria de Aplicação Tecnológica (SEAT).

A partir das décadas de 1960 e 1970 a teleducação, além de manter os materiais escritos como sua base, articulou como prática didática o áudio e o videocassete, as transmissões de rádio, televisão, videotexto, vídeo disco, computador e, mais recentemente, a tecnologia de multimeios que combina textos, sons, imagens, mecanismos de geração de caminhos alternativos de aprendizagem (hipertextos), diferentes linguagens, instrumentos que possibilitam um feedback imediato, dentre outros.

Segundo Saraiva (1996), o Sistema de Televisão Educativa (TVE), do Maranhão, foi implantado em 1969 e funciona até hoje com apoio de orientadores de aprendizagem, tendo como centro de estudos de 5ª a 8ª séries do Ensino Fundamental, que utiliza programas de televisão e material impresso para ensinar e aprofundar os conteúdos trabalhados para realizar pesquisas. A área da educação pública iniciou com a EaD em 1967 com o Instituto Brasileiro de Educação Pública (IBAM), que utilizou a metodologia de ensino por correspondência.

Posteriormente, em 1970, surgiu o Projeto Minerva, que ofereceu a um grande contingente de pessoas a chance de concluir seus estudos básicos. O programa era transmitido pela Rádio do MEC e utilizava material impresso.

No ano de 1974 surgiu a Fundação de Teleducação do Ceará (FUNTELC), conhecida como Televisão Educativa. Sua finalidade era a formação de pessoas em ensino regular de 5ª a 8ª séries do Ensino de Primeiro Grau. Em seguida é criado o Projeto Sistema Avançado de Comunicações Interdisciplinares (SACI), que tinha a finalidade a formação das quatro séries iniciais do primeiro grau, era exibido em forma de telenovela e tinha como objetivo estabelecer, através de satélite, um sistema nacional de teleducação.

Por volta de 1978 surgiu o Telecurso do 2º grau, lançado pela Fundação Padre Anchieta/TV Cultura e a Fundação Roberto Marinho. Este programa está até hoje no ar e prepara seus estudantes para exames supletivos. Nessa mesma época surgiu o Informações Objetivas Publicações Jurídicas (IOB) que, através do ensino por correspondência, desenvolveu um programa destinado a pessoas nas ocupações da área terciária e de serviços.

A Universidade de Brasília (UNB) iniciou seu trabalho com a EaD por meio de cursos de extensão há vinte e cinco anos, oferecendo mais de vinte cursos. Já na década de 1980, a Associação Brasileira de Tecnologia Educacional (ABT) oferecia cursos de aperfeiçoamento de recursos humanos por meio de material instrucional, com acompanhamento personalizado de tutores.

Exemplos de sucesso no caso da educação formal são o Supletivo de primeiro e segundo graus da Secretaria de Educação do Ceará, o da Televisão Educativa do Maranhão e o Telecurso do 2º grau (VASCONCELOS, 2008).

Nota-se que da década de 1960 até 1990 houve um grande avanço de programas educativos envolvendo a EaD, que utilizavam metodologias de ensino por correspondência, rádio, televisão, material instrucional e a presença dos tutores oferecendo acompanhamento personalizado aos estudantes. Todavia, apesar de todo este movimento em torno da EaD, esta ainda era tida como uma educação para compensar as falhas do sistema educacional tradicional e proporcionar escolaridade a uma determinada parcela da população. A mesma também era tida como uma possível solução para preencher as lacunas da educação convencional, tais como: os sistemas supletivos para pessoas que não conseguiram concluir a formação de primeiro e segundo graus bem como cursos técnicos e outros cursos livres.

No entanto, a EaD, atualmente, ministrada por conteúdos em uma “rede de alcance mundial”, tem crescido cada vez mais no cenário nacional, impulsionada pelo grande poder de comunicação e conexão de informações que a internet proporciona, fazendo-a emergir, cada vez mais, como uma ferramenta e modalidade de educação cujo objetivo é ampliar e favorecer a melhoria das condições de ensino e aprendizagem na busca pela democratização do conhecimento e consolidação de espaços alternativos de ensino e aprendizagem.

## **1.2. EaD: pós LDBEN 9.394/1996 e o advento da internet**

No Brasil, as bases legais para a modalidade de EaD foram estabelecidas pela LDBEN Lei nº. 9.394/1996, regulamentada pelo Decreto n. 5.622/2005. Em 2004, o Ministro de Estado da Educação resolveu por meio da Portaria n. 4.059 em seu Art. 1º diz as Instituições de Ensino Superior (IES) poderão ofertar disciplinas na modalidade a distância, desde que esta oferta não ultrapasse 20% da carga horária total do curso.

Além disso, em seu Art. 80 a LDBEN/1996 atribui ao Poder Público o papel de “incentivar o desenvolvimento de ensino à distância, em todos os níveis e modalidades, e de educação continuada”. Já no Art. 87 reforça a necessidade de elevar o nível de formação dos

profissionais, determinando que “cada Município e, supletivamente, o Estado e a União, deverá (...) realizar programas de capacitação para todos os professores em exercício utilizando também, para isto, os recursos da educação a distância”.

Legalmente, de acordo com o Decreto 5.622/2005, a EaD recebe a seguinte definição:

A Educação a Distância é a modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e de aprendizagem ocorre com a utilização de meios de tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos (BRASIL, 2005).

Nesse contexto, com o advento da Internet, a EaD apresentou um novo panorama. Antes, a EaD utilizava apenas tecnologias de comunicação de um-para-muitos, como exemplos rádio e televisão ou de um-para-um (ensino por correspondência). Através da Internet, há diversas possibilidades de comunicação reunidas em uma só mídia: um-para-muitos, um-para-um e muitos-para-muitos (OLIVEIRA, 2003).

A internet é fonte de conhecimento e de informações mundial, mas que teve seu início de funcionamento e utilização durante períodos de guerra. Segundo Castells (1999, p. 82):

A criação e o desenvolvimento da Internet nas três últimas décadas do século XX foram consequência de uma fusão singular de estratégia militar, grande cooperação científica, iniciativa tecnológica e inovação contracultural. A Internet teve origem no trabalho de uma das mais inovadoras instituições de pesquisa do mundo: a Agência de Projetos de Pesquisa Avançada (ARPA) do Departamento de Defesa dos EUA.

Até o início dos anos 1990, no Brasil, o acesso era restrito a professores, estudantes e funcionários de universidades e instituições de pesquisa. As instituições governamentais e privadas também obtiveram acesso devido a colaborações acadêmicas e atividades não-comerciais. No entanto, a partir de 1995, os brasileiros, fora das instituições de ensino, começaram a ter acesso a computadores conectados à internet (GUIA DO USUÁRIO, 1996, p. 05).

A internet é vista hoje como uma nova tecnologia que tem se desenvolvido de forma acelerada nos últimos anos, envolvendo um número cada vez maior de usuários. Esse sistema de redes, ao enlaçar milhões de pessoas em novos espaços, está mudando a maneira como pensamos, criando novas formas de interação. No ciberespaço as pessoas falam/escrevem, intercambiam idéias em tempo real (...), sem, no entanto existir um encontro presencial. São rompidas, assim, as fronteiras entre o real e o virtual (LEITE, 2002, p. 63).

Com o advento da internet, hoje qualquer internauta pode encontrar amigos, ler livros *online*, fazer compras, obter informações sobre diferentes áreas, participar de debates e fóruns de interesses, pesquisar, etc, assim como também, pode ser um autor de um *site* que leve à rede algum tipo de informação sobre um determinado tema. A partir daí, surgem inúmeras possibilidades de oferecer recursos diferenciados para o uso na prática dos professores e dos estudantes vinculados pela internet, tais como: bate-papos, mídias virtuais, vídeos, pesquisas, etc.

Segundo Neves (2005), a EaD tem uma identidade própria, o que requer que programas, cursos, disciplinas ou mesmo conteúdos oferecidos nessa modalidade, administração, desenho, lógica, linguagem, acompanhamento, avaliação, recursos tecnológicos e pedagógicos diferenciados, que não são mera transposição do presencial.

Segundo dados da última edição do Anuário Brasileiro Estatístico de Educação Aberta e a Distância (ABRAEAD) (2008, p. 15) “a Associação Brasileira de Educação a Distância (ABED) calculou que em 2007 mais de 2 milhões de brasileiros utilizaram a Educação a Distância”. De 2003 a 2006 o número de cursos de graduação passou de 52 para 349, um aumento de 571% de acordo com levantamento realizado pelo Censo da Educação Superior do Ministério da Educação (Educacenso/INEP).

Nesse cenário, a EaD apresenta-se como proposta metodológica de caráter inclusivo e embasada nas tecnologias da informação e comunicação enquanto meios que possibilitam e viabilizam o processo educativo. Sobre isso é possível utilizar as considerações dos autores, quando afirmam que:

Tendo como pano de fundo o intenso processo de reestruturação produtiva **em curso no Brasil e no mundo, novas propostas e metodologias de ensino** tomam corpo e se efetivam, inclusive, com endosso governamental. Associada ao fato de forte desenvolvimento das tecnologias digitais, em especial, ganha força a modalidade de **EaD** mediada por novas tecnologias da informação e da comunicação. (OLIVEIRA *et al.*, 2002, p. 12, grifo nosso)

A EaD, se utilizada de forma coerente com metodologias que incentivem, motivem a interação entre estudante e professor pode tornar-se uma excelente modalidade da educação. De acordo com Niskier (2000, p. 31):

O desafio é reorientar ou reconfigurar as escolas que já existem, praticando a educação à distância, além de oferecer um cenário favorável aos que se irão interessar pela adesão à modalidade. É preciso adaptar o projeto ao mundo em transformação, dotando os centros de mecanismos oferecidos pelo desenvolvimento científico e tecnológico, especialmente com o emprego do computador e da internet.

Assim sendo, o desafio da EaD, neste contexto, é reorientar as instituições que promovem a educação convencional, a praticar esta modalidade educacional, repensando suas propostas pedagógicas. Hoje, o tempo é cada vez menor e as informações se tornam obsoletas mais rapidamente. Mas, tem-se que ter o cuidado para que a educação *online* não reproduza a mesma metodologia da educação presencial, utilizando material impresso, livros didáticos ou mesmo a internet, mas numa abordagem tradicional, na qual professor fala e estudante ouve, sem que ocorra efetivamente a interação.

### **1.3. Aspectos gerais da EaD: referenciais de qualidade, programas e ações de formação inicial e continuada**

O Ministério da Educação (MEC) estabeleceu os primeiros Referenciais de Qualidade para cursos de graduação a distância em 2003. No entanto, houve a necessidade de atualização desse documento, tendo em vista a dinâmica do setor e a renovação da legislação. Assim, em 2007, uma comissão de especialistas foi composta para sugerir

mudanças no documento. Devido à necessidade de uma abordagem mais sistêmica os referenciais de qualidade para projetos de cursos na modalidade a distância devem compreender categorias que envolvem aspectos pedagógicos, recursos humanos e infraestrutura (BRASIL, 2007). É importante salientar que os indicadores de qualidade não têm força de Lei, mas orientam as instituições e as Comissões de Especialistas que analisa, projetos de cursos de graduação na EaD.

A partir desse marco regulatório (Decreto n. 5.622/2005), os fundamentos legais para a criação de um sistema nacional de EaD foram instituídos. Dessa forma, progressivamente, o MEC vem construindo um discurso favorável à utilização da EaD, voltada principalmente para a formação continuada de professores em serviço e na Educação de Jovens e Adultos (EJA). Assim, no ano de 2005, foi criado o Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), com o objetivo de gerenciar, democratizar e interiorizar a oferta de ensino superior público e gratuito no país, por meio do Decreto n. 5.800/2006. Este sistema assim pode ser definido:

A Universidade Aberta do Brasil é um sistema integrado por universidades públicas que oferece cursos de nível superior para camadas da população que têm dificuldade de acesso à formação universitária, por meio do uso da metodologia da educação a distância. O público em geral é atendido, mas os professores que atuam na educação básica têm prioridade de formação, seguidos dos dirigentes, gestores e trabalhadores em educação básica dos estados, municípios e do Distrito Federal (BRASIL, 2006).

Neste contexto, as IPES foram chamadas a oferecer cursos na modalidade de EaD para atender a esta demanda. De tal modo, foram publicados, inicialmente, dois editais (UAB1 e UAB2), que por intermédio da Secretaria de Educação a Distância tornaram públicas as chamadas para a seleção de polos municipais de apoio presencial e de IPES interessadas em oferecer cursos nesta modalidade via UAB (BRASIL, 2005).

Cabe, também, à UAB o fomento das atividades a serem desenvolvidas que vão, desde a produção de material didático, passando pela capacitação de pessoal para trabalhar na EaD até o acompanhamento dos polos presenciais. No entanto, a UAB defende o princípio da autonomia, procurando respeitar as especificidades descritas no projeto político pedagógico dos cursos:

[...] a UAB tem possibilitado às instituições formadoras o desenvolvimento de ações administrativas e pedagógicas próprias, no que diz respeito: a) à flexibilização do cronograma; b) à inserção de outras atividades; c) à organização de encontros presenciais; d) à adoção de formas variadas de atendimento ao cursista; e) às formas de seleção e formação de tutores; e f) às estratégias para resgatar os cursistas que abandonaram o curso. Enfim, às decisões que garantam a singularidade de cada instituição e, ao mesmo tempo, atendam às diretrizes definidas pelo MEC como referenciais de qualidade da EaD (ARRUDA, 2012, p. 34).

A UAB também pretende ofertar cursos a dirigentes, gestores e outros profissionais da educação básica da rede pública. Outro objetivo do programa é reduzir as desigualdades na oferta de ensino superior e desenvolver um amplo sistema nacional de educação superior a distância.

Além da criação da UAB, em 2007, o governo, por meio da Secretaria de Educação Especial (SEESP), convidou as IPES para composição de uma rede de formação continuada a

distância de professores em educação especial no país, prevista no edital n. 02 de 26 de abril de 2007. O objetivo geral do programa consiste em formar professores dos sistemas estaduais e municipais de ensino para o atendimento educacional especializado, por meio da constituição de uma rede nacional de instituições públicas de ensino superior, no âmbito da UAB, que ofertem cursos de formação continuada de professores na modalidade a distância, na área da educação especial.

Com a consolidação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi) em articulação com os sistemas de ensino foi implementada políticas educacionais nas áreas de alfabetização e educação de jovens e adultos, educação ambiental, educação em direitos humanos, educação especial, do campo, escolar indígena, quilombola e educação para as relações étnico-raciais.

Nesse cenário foi criado o Programa Rede Nacional de Formação Continuada de Professores da Educação Básica (Renafor), cujo público-alvo prioritário da rede são professores de educação básica dos sistemas públicos de educação. Para tanto, as instituições de ensino superior públicas, federais e estaduais recebem as chamadas por editais para se integrarem a Rede Nacional de Formação de professores. Uma vez integradas à Rede de Formação, essas instituições estabelecem parcerias com a Rede Básica de Ensino e recebem recursos para produzirem materiais de orientação para cursos à distância e semipresenciais. Para que todo esse programa funcione em seus diversos âmbitos, o MEC oferece suporte técnico e financeiro e tem o papel de coordenar o desenvolvimento dos programas, que são implementados por adesão, em regime de colaboração, pelos estados, municípios e Distrito Federal (BRASIL/MEC, 2014).

Assim, pode-se apontar que o MEC tem investido em diversos programas de formação de professores a distância, oportunizando o acesso à formação continuada, especialmente, para os professores da rede pública e da Educação Básica. Desta forma, o financiamento de programas de expansão e democratização da formação continuada e do ensino superior na modalidade a distância, tem se apresentado como uma alternativa pedagógica que se coloca ao educador como uma prática educativa situada e condicionada histórica e politicamente, uma modalidade de fazer educação e de democratizar o conhecimento, um processo de ensino e aprendizagem mediatizado pelo uso de tecnologias e meios técnicos que favorecem uma comunicação bidirecional entre as pessoas.

Dessa maneira, o desenvolvimento de programas e projetos de EaD são uma grande oportunidade para a criação de espaços flexíveis de ensino e aprendizagem e, ao mesmo tempo, uma oportunidade para a educação permanente e democrática. Por isso, ressalta-se aqui, a importância dessa modalidade para a formação de diversos profissionais, especialmente de professores, aliada às tecnologias como agente de mudanças e transformações das práticas pedagógicas, pela qual o estudante é instigado a investir em sua formação, apropriando-se de conhecimentos, numa relação mais dialógica com os atores envolvidos no contexto, formando uma rede colaborativa, em que os aspectos da interatividade são reforçados e a autonomia valorizada.

## 2. Considerações finais

A partir das explanações tecidas neste artigo é possível aferir que a EaD vem contribuindo para a democratização da educação, oportunizando formação para pessoas de



diversos lugares, tanto dos países desenvolvidos quanto daqueles em desenvolvimento, acarretando transformações culturais, sociais, científicas e tecnológicas.

Pode-se perceber o crescimento da EaD com os dados apresentados pela ABRAED (2008, p. 15), o qual apontam que no Brasil existem 257 instituições credenciadas junto ao MEC que promovem cursos a distância: “Desde 2003, o número de lançamentos de cursos novos vem praticamente dobrando ano a ano” (ABRAED, 2008, p. 62).

Em parceria com o Fórum das Estatais e com a Associação dos Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), o MEC implementou o projeto da UAB para oferta de cursos e programas de educação superior a distância em universidades públicas do País. O programa busca ampliar e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior, por meio da EaD, a professores em efetivo exercício na educação básica pública, porém ainda sem graduação, além de formação continuada àqueles já graduados.

Além do sistema UAB, o Renafor também tem utilizado a EaD, sendo que seu público-alvo prioritário são professores de educação básica dos sistemas públicos de educação.

Nesse sentido, a EaD mostrou-se como uma possibilidade concreta para a formação de diversos profissionais. Assim, a parceria entre as Universidades, o MEC, a Secadi, a UAB e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), viabilizada pela EaD possibilitou a criação e oferta de vários programas e projetos de cursos a distância, atendendo, especialmente, à demanda por formação continuada dos professores da Rede Pública de Ensino do Brasil. Pode-se constatar, então, que o governo tem investido substancialmente em diversos programas de formação de professores nesta modalidade.

No que se refere à questão da qualidade na EaD vêm a tona outros elementos que encontram-se intimamente ligados a ela: as vantagens e desvantagens da EaD no contexto do processo de ensino e aprendizagem. Quando vista sob o aspecto institucional, a EaD apresenta inúmeras vantagens, principalmente pelo fato de ser uma modalidade capaz de integrar regiões distantes do país. Estudantes que antes não pensariam em realizar um curso em faculdades de renome, localizadas nos grandes centros, passam a ter esta oportunidade no contexto da EaD. Outra vantagem que merece ser mencionada é a flexibilidade de tempo, que possibilita o estudo autônomo e no horário que for mais conveniente ao estudante, citando, neste caso, estudantes que também são trabalhadores e que dispõem de pouco tempo para o estudo ou necessitam conciliar o trabalho com o estudo da melhor forma que lhes convier.

Um fator preocupante relaciona-se à questão da inserção tecnológica. Ainda que, no país, a aquisição de computadores e telefones que propiciam acesso à internet tenha crescido substancialmente, muitos brasileiros carecem de recursos financeiros para adquiri-los, brasileiros estes que poderiam ter acesso ao estudo se as políticas de financiamento e inclusão educacional e digital fossem tratadas com a importância requerida.

É inegável que esta modalidade de educação está em expansão no Brasil e no mundo. Assim, é possível afirmar que o desenvolvimento e oferta de cursos nesta modalidade são de extrema relevância para a academia no tocante à tríade dos princípios da Universidade Pública que prima pela indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e também para aqueles que vêm na EaD uma oportunidade para garantir a formação de pessoas que vivem longe dos grandes centros urbanos, que não têm tempo disponível para se dedicarem a um curso presencial e para aquelas que procuram uma flexibilização do espaço e tempo.

## REFERÊNCIAS

ABRAEAD. *Anuário Brasileiro Estatístico de Educação Aberta e a Distância 2008*. São Paulo: Instituto Monitor, 2008.

ARRUDA, E. P. *Educação a distância no Brasil: a pedagogia em foco*. Uberlândia: EDUFU, 2012.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/>>. Acesso em: 10 abr. 13.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. *Portaria n. 4.059, de 10 de dezembro de 2004*. Regulamenta a oferta de disciplinas semi-presenciais nas instituições de ensino superior, desde que não se ultrapasse o limite de 20% da carga horária total do curso. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/>>. Acesso em: 8 jul. 2005.

\_\_\_\_\_. *Histórico da Universidade Aberta do Brasil*. Brasília: Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior/ Universidade Aberta do Brasil, 2005. Disponível em: [http://uab.capes.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=6:o-que-e&catid=6:sobre&Itemid=18](http://uab.capes.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=6:o-que-e&catid=6:sobre&Itemid=18)>. Acesso em 24 mar. 2013.

\_\_\_\_\_. *Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006*. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5773.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5773.htm)>. Acesso em 9 jun. 14.

\_\_\_\_\_. SEED/MEC. *Referenciais de Qualidade para Educação Superior a Distância*. Brasília: Ministério da Educação. Secretaria de Educação à distância, 2007. Disponível em: <<http://www.educacaoeciberespaco.net/blog/?p=894>>. Acesso em: 11 mar. 2013.

LEITE, M.; FILÉ, V. (org.). *Subjetividade, tecnologias e escolas*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p. 150.

CASTELLS, M.. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999. v. 1.

NEVES, C. M. C.. *A educação a distância e a formação de professores*. Disponível em: <<http://www.tvebrasil.com.br/salto/boletins2002/eadt1a.htm>>. Acesso em: 17 jun. 2005.

NISKIER, A.. *Educação a Distância: a tecnologia da esperança*. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2000. 414 p.

OLIVEIRA, D. et al. *Transformações na Organização do Processo de Trabalho Docente e o Sofrimento do Professor*. Campinas: Papirus, 2002.

OLIVEIRA, E. G.. *Educação a Distância na transição paradigmática*. 2. ed. Campinas: Papirus, 2003. 144 p.

PRETI, O. Educação a distância e globalização: desafios e tendências. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 79, n. 191, p. 19-30, jan./abr. 2000.

SARAIVA, T. *Educação a Distância no Brasil: lições da história*. Disponível em:  
<<http://www.emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/view/1048/950>> Acesso  
em: 18 mar. 2009.

VASCONCELOS, J. S. A Educação a Distância/EaD e o Contexto Educacional Brasileiro Pós-  
LDB. In: SILVA, M. V; MARQUES, M. R. A. (Orgs.). *LDB: Balanços e Perspectivas para a  
Educação Brasileira*. Campinas: Alínea, 2008. p 205-224.